



O homem total e sua sociedade fragmentada: o ensino de filosofia como instrumento para a expansão da atuação humana.

POR FELIPE ARAÚJO FERNANDES

felipe.araujo87@hotmail.com

Introdução

O objetivo do presente artigo é estimular a discussão sobre a possibilidade de usar o Ensino de Filosofia como um movimento que confronte a visão unilateral de atividade humana. Queremos propor um entendimento do Homem como ser que não deve ter uma atuação limitada no mundo, mas sim, uma atuação plena, que coloque em ação toda a diversidade das manifestações humanas.

Nesse sentido, apresentaremos os conceitos de Omnilateralidade (ou Onilateralidade) e Riqueza, presentes no livro *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), do filósofo Karl Marx. O primeiro conceito nos oferece uma crítica à sociedade que fragmenta as atuações humanas, como se estas devessem ser unilaterais, e o segundo conceito apresenta uma outra semântica para o termo riqueza, onde se sugere que “rico” não é quem possui muito bens, mas justamente aquele que tem necessidade de se manifestar nas múltiplas faculdades humanas.

Nossa intenção é iniciar uma análise sobre a sociedade capitalista, para termos elementos para discutir a função do educador em Filosofia na escola, tendo em vista que esta escola está inserida em uma sociedade com regras e hábitos específicos, típicas de uma sociedade de massa, uma sociedade capitalista.

Por fim, propomos o Professor de Filosofia como um agente que atua no sentido de defender um entendimento de Homem como ser que não deve ter uma atuação limitada no mundo, mas sim, uma atuação seja plena, que coloque em ação toda a diversidade das manifestações humanas, ou seja, um Homem-Total.

O Ensino de Filosofia e a escola de massa



O ensino de Filosofia no Brasil, assim como em outras partes do mundo, trata-se de uma tarefa nada fácil. O problema já começa pelo simples fato de a Filosofia possuir uma “essência subversiva”, um impulso questionador, que não aceita qualquer tipo de afirmação, sem nem ao menos questionar. Enquanto a escola, no decorrer de sua tradição, mantém justamente o contrário disso: como se o aluno fosse uma sala vazia e escura que vai ser preenchida com a luz do saber que seu mestre vem lhe oferecer. Essa noção propaga a ideia de que o professor é um formador de opiniões, de saberes, de caracteres, de cidadãos... e que o aluno é alguém que deve ser formado, colocado em uma forma.

Pelo simples fato de a instituição escolar atualmente, em geral, privilegiar os alunos que apenas reproduzem as informações, ao invés dos que querem rediscutir e construir novos conhecimentos e saberes, o ensino de Filosofia já se torna algo contraditório em sua própria tarefa.

Não é atoa que a Filosofia foi arrancada das grades curriculares das escolas no Brasil durante a ditadura militar, e vários dos estudantes e professores de filosofia foram perseguidos, exilados, torturados e até mortos. Esse tipo de trato aos filósofos também não é algo novo, há milhares de anos filósofos são obrigados a “beber cicuta” sob a acusação de corromper a juventude.

Atualmente, dentro de um regime democrático, os ataques são bem mais maquiados, mas não cessaram. A Filosofia, enquanto disciplina escolar, ainda é vista como “disciplina menor”, a cada ano perdemos mais tempo em sala de aula e conseqüentemente o número de turmas aumentam, os mecanismos de controle se intensificam e as cobranças em relação ao conteúdo trabalhado também crescem. Além dos ataques que são dirigidos a toda categoria dos profissionais da educação, como baixos salários, salas superlotadas, acúmulo de tarefas administrativas, instalações físicas precárias, entre outros. Sendo assim, todos esses problemas estão inseridos na contradição de sermos educadores dentro de uma escola de massa. Como destaca Michel Tozzi:



É uma tarefa difícil, e até mesmo uma aposta, querer ensinar à massa dos alunos uma disciplina por muito tempo reservada a uma elite escolar. E isso numa conjuntura em que a relação dos alunos com o saber escolar é problemática, saturada de um utilitarismo limitado, compelida por uma situação econômica e social degradada . (TOZZI, 1999 apud RODRIGO, 2009, p.11)

Como ressaltamos, essa dificuldade não se limita ao ensino de Filosofia, é uma dificuldade que se expressa em todas as outras disciplinas, e que afetam sobretudo os professores que tem críticas aos atuais modos de operação da escola, independente da disciplina que lecionam.

Nesse sentido, há, nos próprios alunos, e muitas vezes de forma intuitiva, um desinteresse por esse modelo capitalista de escola. Essa desaprovação por parte dos estudantes, além de compreensível, carrega uma certa centelha filosófica, que é esse desejo de questionar, de gritar, de não aceitar calado tudo que nos é oferecido.

Se por uma lado, percebemos nos estudantes essa crítica ao modelo vigente, por outro vemos que há uma limitação à insatisfação. Ao invés de procurarem maneiras de modificar esse cenário, eles tendem a tomar decisões individuais, o que obviamente não resolve o problema, e em muitos casos agrava, pois a sociedade utilitarista impõe que nos enquadremos nessas exigências, para que possamos ser “bem sucedidos”.

Uma vez que a Filosofia não é vista como uma forma de intervenção na realidade, ou seja, seria apenas uma atividade reflexiva, contemplativa, fica afastada sua função prática, o que a torna inútil, tendo em vista que o mundo moderno é extremamente utilitarista, e recusa toda forma de atuação que não gere resultados práticos bem claros. Assim, não parece fazer sentido, para o conjunto das pessoas comuns, se dedicar a este tipo de saber, afinal, ele não pode responder às demandas práticas que a vida nos impõe.

Cito Adolfo Sánchez Vazquez: “Assim, pois, o homem comum e corrente se vê a si mesmo com o ser prático que não precisa de teorias; os problemas encontram sua solução na própria prática, ou nessa forma de reviver a uma prática passada que é a experiência” (VAZQUEZ, 1977, p.14)



É nesse sentido que concordamos com Karl Marx, e para citá-lo: “Os filósofos se dedicaram a interpretar o mundo de diversas maneiras, cabe a nós modificá-lo”. Não entendemos o filósofo como apenas um analista social, mas como um ator social. Desse modo o professor de filosofia não deveria atuar apenas como um “guia de museu”, que apresenta os vários autores que analisaram a sociedade, mas que ele próprio se permita desenvolver-criar uma análise filosófica original da sociedade, ou seja, que sua atuação como filósofo (aquele que cria teorias filosóficas) não seja separada de sua atuação como professor de filosofia. E que para além disso ele se reconheça como alguém que pode interferir na realidade, e não apenas descrevê-la ou interpretá-la.

Apresentar essa concepção também prática da Filosofia, já a torna mais próxima da realidade dos estudantes, que tendem a ver o filósofo como aquele que vive no “mundo da lua”, como se filosofia fosse um saber que não oferece respostas para os problemas reais, terrenos. É nesse sentido que recorreremos a Karl Marx, para nos ajudar a entender como surge a separação entre atuação intelectual (teórica) e atuação prática, como esse processo gera uma fragmentação do Homem e quais as consequências desse divórcio.

O Homem Total em uma sociedade fragmentada

Nem sempre a sociedade foi dividida entre classes (nos explica Marx). O que houve, durante um longo período de tempo foi uma sociedade cindida pelo gênero, ou seja, a distinção entre as funções de cada indivíduo era determinada pelo seu gênero sexual, e não pela camada social, pela classe econômica na qual o indivíduo estava inserido.

Isso quer dizer que havia outra relação entre o Homem e o fruto de seu trabalho. O Homem se reconhecia naquele objeto que ele criava, ele conseguia identificar sua humanidade, sua marca, naqueles objetos que ele inventava e manipulava. Não só no objeto, mas também em cada etapa deste processo de humanização da natureza, ou de objetivação da humanidade.

Isso tem um poder muito forte para a condição humana, que o Materialismo Dialético explicará através do conceito de Alienação. A alienação é quando o indivíduo não tem mais condições de se enxergar no fruto de seu trabalho, pois o seu trabalho foi



totalmente fragmentado. Ele se externa, mas não se reconhece, ou seja, o seu processo de consciência é prejudicado, pois quando os bens deixam de ser coletivos e passam a ser privados, o homem só se sente “realizado” quando ele possui esse objeto, então não mais se identifica como agente alterador da natureza e sim como acumulador dos bens produzidos por ele. Com isso há uma coisificação (reificação) do homem, uma vez que suas atribuições subjetivas são postas de lado e são privilegiadas as objetivas. Citamos Marx:

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, usado. (...) O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do ter. (MARX, 2010, p.108)

É o acúmulo que gera no homem a sensação de realização, a humanidade dele se concretiza quando ele possui o bem de consumo e não mais no processo de humanização deste bem, há então uma imposição de um “utilitarismo”.

Dizemos ‘humanização’ porque o homem possui essa característica, a de deixar seu rastro de humanidade no mundo. Quando nossos antepassados desenhavam um bisão nas paredes da caverna, não era puramente a natureza biológica que está impressa ali, pois passava a haver ali a natureza humana materializada.

Ou para dar um outro exemplo de como é importante o homem se identificar em suas ações criativas: o caso de uma cozinheira que prepara com todo o carinho a refeição para seu filho. Neste fruto de seu trabalho está presente a “essência” da cozinheira. Ela se reconhece naquele prato: dizer que a comida ficou ruim é falar mal dela, elogiar a comida é elogiar a própria cozinheira. Quando ela se reconhece na sua criação, a consciência dela se eleva, e o próximo prato tende a ser melhor, pois ela evoluiu na sua consciência de si.

Ainda quanto ao “artista primitivo” e a sua produção é bem interessante lembrar que não podemos definir apenas um motivo para a criação artística desta época, pois muitos motivos levavam estes homens a sentirem necessidade de deixar suas marcas nas



cavernas, é possível que houvesse inclusive interesses pedagógicos nessas atividades, ensinando aos mais novos como praticar as atividades aprendidas pelos mais experientes. Por isso é relevante colocarmos em questão o debate da atuação teórica e da atuação prática. Uma vez que nessa época não havia o divórcio mal resolvido e cheio de questões pendentes entre Teoria e Prática.

Com isso trazemos uma discussão valiosa para a temática a que se destina este artigo: a diversidade da atuação humana. É valiosa tendo em vista a atual condição em que está posta a Filosofia (também a Arte, a Política): uma condição de distanciamento em relação às tarefas manuais, ou seja, qualquer atividade que tenha a produção intelectual como instrumento principal é tida quase como contraditória às atividades práticas. Característica esta que encontra sua raiz na divisão social do trabalho. Desse modo, o homem comum não é capaz de se identificar como alguém capaz de fazer filosofia ou de fazer arte ou ainda de fazer política. Como se essas atividades devessem ser destinadas a seus respectivos detentores por excelência: o Filósofo, o Artista e o Político.

Observamos aí uma contradição que é oriunda do divórcio entre teoria e prática. Pense-se que nossa sociedade é dividida entre as atividades “práticas” e atividades “teóricas” quando, na realidade, toda prática é teórica, pois precisa ser formulada pra ser colocada em prática e em seguida será novamente pensada; e da mesma forma toda teoria é prática, pois pensar já é uma ação, e só se pode chamar teoria se esta tem em vista uma ação prática.

Essa noção será defendida através do conceito de Filosofia da Práxis, usado por muitos autores, mas que aqui usaremos de forma mais ampla, tomando o Materialismo Histórico como lente. O conceito de Filosofia da Práxis nos sugere a noção de “prática revolucionária”, ou seja, uma ação que tenha como fim uma modificação da realidade. A dificuldade está no fato de a palavra “prática” ter sido associada unicamente às tarefas de fim pragmático, quando na realidade a noção de “teoria” também está presente neste termo. Na verdade, esses dois conceitos são indissociáveis.



Portanto, utilizaremos o termo “práxis” entendendo que este último permite outra semântica para os conceitos em questão, que une as duas faculdades, uma atuação prático-teórica. Essa separação se desdobra em uma discussão muito importante que é a da plenitude da manifestação humana. Usemos o exemplo dos artistas, ou dos políticos: em nossa sociedade é muito comum ouvirmos as pessoas dizendo que não fazem arte, pois não são artistas, ou que devemos cobrar dos políticos que estes cumpram com suas obrigações... Essas afirmações, em geral, servem como indícios de que acreditamos que cada indivíduo deve atuar em sua “área”, cada um tem o seu “dom”, sua especialidade, como se ser político e se manifestar artisticamente não fosse uma faculdade humana universal, mas apenas de indivíduos específicos.

Essa é uma apreensão corriqueira em nossa sociedade: a valorização dos especialistas. E de fato a especialização representa um avanço na sociedade (que não pode ser negado), o problema está quando limitamos a ação humana a uma única atuação especializada, castrando as potencialidades humanas.

É como se o homem devesse escolher, de uma vez por todas, se será apenas artista, ou apenas político, ou apenas padeiro, ou apenas pai, etc. Isso é uma mutilação da nossa humanidade. O homem carrega em sua “essência” a condição de ser pleno, de se manifestar em toda sua potência humana criadora. Vejamos o que nos diz Karl Marx, sobre esse tema:

O homem se apropria de sua essência unilateral de uma maneira unilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para o objeto a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana (...) (MARX, 2010, p.108)

Fica clara a posição defendida pelo filósofo, onde limitar a atuação humana em uma atuação unilateral é mutilar a sua humanidade, que tem como atributo imanente ser Total, integral.

Riqueza e pobreza



Ainda tratando sobre a “riqueza” que é a multiplicidade das faculdades humanas, Marx sugere um novo sentido para a palavra . Vejamos:

O homem rico é simultaneamente o homem carente de uma totalidade da manifestação humana de vida. O homem, no qual a sua efetivação própria existe como necessidade interior, como falta. Não só a riqueza, também a pobreza do homem consegue na mesma medida – sob o pressuposto do socialismo – uma significação humana e, portanto, social. Ela é o elo passivo que deixa sentir ao homem a maior riqueza, o outro homem como necessidade. (Ibdem, p. 112-113)

Ser rico, nesse sentido, é ter explicitada toda sua potência humana, é atuar em cada uma das faculdades que lhe forem possíveis: profissional, sexual, sentimental, artística, política, intelectual, etc. Não dar vazão à universalidade da personalidade humana é a pobreza e, ainda que este homem tenha bens materiais, permanece “pobre”, pois teve mutilada sua liberdade, sua totalidade.. Sua humanidade foi despotencializada, castrada, roubada.

O ensino emancipador em uma sociedade castradora

Acreditamos que a filosofia (assim como a Arte e a Ciência) só será verdadeiramente livre quando um novo modelo de escola for construído. A escola é um reflexo da sociedade, portanto, um novo modelo de escola só será construído quando uma nova sociedade for construída. Nesse sentido a função da Filosofia na escola não é inventar um modelo perfeito de escola, nem tão pouco de sociedade, mas motivar os participantes do universo escolar a pensar os problemas do mundo e construir ferramentas (teóricas e práticas) para a construção de uma nova sociedade e, para que assim, haja condições reais para que a escola seja modificada.

A própria Constituição Brasileira de 1988, em seu Artigo 205, não entende a educação como uma atuação meramente de formação intelectual, vejamos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (grifo nosso).



A Constituição nos deixa claro: a educação é direito de todos, não se esgota nos espaço escolar, deve garantir um desenvolvimento pleno dos indivíduos, e não apenas fragmentado, e deve também nos tornar aptos com nossas obrigações enquanto cidadãos, ou seja, tem relações claras com nossa atuação política na sociedade, e ainda nos afirma que serve para estarmos aptos a termos condições para garantimos nossa subsistência.

Considerações Finais

Quando dizemos que o mundo atual, legitimado pelo acúmulo do capital, não nos dá espaço para nossas mais genuínas expressões emotivas e espirituais isso não implica dizer que não há solução e que devemos aceitar essa situação, mas pelo contrário, devemos com esse elemento de insatisfação fazer um movimento de “subversão” ao que nos é oferecido.

As contribuições de Marx nos apontam que a mudança é possível, mas exige que a estrutura social seja modificada, só assim será possível que o homem possa atuar em sua plenitude, pois a sociedade fragmentada na qual vivemos, nos torna também Homens fragmentados. A modificação social se dá quando o Homem recusa a condição de coisa na qual foi inserido, e toma de volta seu lugar de Homem.

Isso não fará com que o mundo seja igualitário, tão logo os alunos tenham contato com esses conceitos, claro que não. Mas se iniciará quando educadores (e estudantes) se identificarem como agentes não só no campo da reflexão intelectual (teórica) mas também no campo da transformação social (prático). Para isso, a Práxis deve se unir a uma visão de sociedade que entenda o ser humano não como ser submetido a uma estrutura social (que deve seguir suas normas para sobreviver) mas que enxergue o homem como um ser pleno, porém que se encontra inserido nessa sociedade que valoriza a fragmentação e, portanto, que despotencializa a riqueza humana.

Citamos Marx e Engels:

(...) Não se trata de que cada qual possa trabalhar substituindo Rafael, mas de que todo aquele que leva dentro de si um Rafael possa desenvolver-se



livremente (...) Numa sociedade comunista, não haverá pintores, mas, quando muito, homens que, entre outras coisas, ocupem-se também de pintar. (MARX, ENGELS, 1959, p. 444-445)

Nesse trecho fica claro, que não é possível recusar os especialistas, estes sempre haverão, da mesma maneira que sempre haverá os que se dedicarão com mais afinco à certas atividades: às artes, à política, à filosofia. Contudo, a perspectiva que apresentamos defende uma sociedade onde essas aptidões devem ser desenvolvidas por todos indivíduos, e os que optarem por cada área terão as condições materiais para exercê-las de forma mais plena.

Mas para as tantas faculdades humanas serem desenvolvidas é preciso uma estrutura (política, econômica, cultural) que permita isso, e essa estrutura não está posta em uma sociedade onde o acúmulo do capital, a fragmentação humana, o utilitarismo, a objetificação dos seres e a divinização da mercadoria são fundamentos constitutivos.

Há que se construir uma sociedade outra, mais desenvolvida que a nossa. Para que isso seja possível não podemos excluir o Professor-Filósofo deste processo, nem tão pouco ignorar os problemas que os estudantes apresentam, pois são justamente esses que fazem algum sentido **serem pensados**.



Bibliografia

ARAUJO, F. Por uma Filosofia da Vida Plena, ou o Homem-Total e sua sociedade Frgmentada. Ensaios Filosóficos, Volume VII – Abril/2013. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo7/ARAUJO_Felipe.pdf>.

Acesso em: 14 dez. 2014

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1984.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo. Boitempo editorial. Edição 4. 2010 .

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo. Boi Tempo editorial. 8 Edição. 1959.

MÉSZÁROS, István. Marx: A Teoria da Alienação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

RODRIGO, Lidia Maria. Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio. Campinas, SP: Autores Associados, 200

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. As ideias estéticas de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo. Editora Expressão Popular. Edição 3. 2011.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.